



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE FORMIGA – MG

JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA:
SIMONE SOARES BERNARDES

JUSTIÇA TRABALHO

MINAS GERAIS

Criada pela Lei nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 16-12-1986
Data de implantação do PJe: 21-5-2015

Jurisdição: Formiga, Aguanil, Arcos, Bambuí, Campo Belo, Candeias, Córrego Fundo, Cristais, Iguatama, Medeiros, Pains, Pimenta, Santana do Jacaré e Tapiraí.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 6-2-2016, p. 3.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h do dia treze de março de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Formiga, situada na Avenida 1º de Maio, nº 283, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Simone Soares Bernardes**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Rodrigo Figueiredo Moretzsohn; pelos servidores Auta Vieira Arantes, Celina Castro Santos, Deusdaney Valéria Santos Oliveira, Luciana de Castro Albergaria Salazar, Luciana Gonçalves, Maysa Lima Belo, Sandra Maria de Faria Souza e Teresinha Lopes Soares; pelo estagiário Alexandre Amaral da Silva. Ausente a servidora Margarete Dantas Silva Vilela, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 189 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 9-3-2017, apurando-se a média de 6,09 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 13 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 1 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 25 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 5 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 203 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 83 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 53 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 7 autos de processos físicos com carga, das quais 1 vencida e cobrada.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constan 3 autos de processos físicos com carga, das quais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

2vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 122 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 57 mandados expedidos em processos físicos e 299 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 20 pendentes de cumprimento em processos físicos e 122 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 10 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado de processos físicos da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos *sine die*.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 9-3-2017, existem 99 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 9-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	134
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	122
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	1
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	98
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	48
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	148

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.077 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 647 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 420 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

c) 10 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 9-3-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Formiga, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 802, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 9-3-2017, existem 8 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 13-3-2017 havia 10 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 1 processo;
- b) **procedimento ordinário:** 7 processos;
- c) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 2 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010085/17, 0010083/17, 0011264/16, 0011263/16, 0011262/16, 0011261/16, 0011260/16, 0011247/16, 0011243/16, 0011251/16.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje: 0010267/16, 0010839/16, 0011023/16, 0011175/16, 0011289/16, 0010108/17, 0010130/17, 0010101/17, 0011317/16, 0011291/16, 0010867/16, 0011303/16, 0011286/16, 0010332/16, 0010454/16, 0011133/16, 0011200/16, 0010568/16, 0011249/16, 0010049/16, 0010731/16, 0010510/16, 0010512/16, 0010919/15, 0010360/16, 0010474/16, 0010193/16, 0010468/16, 0010743/15, 0010546/16, 0010592/15, 0010602/15, 0010575/15, 0010132/16, 0010264/15, 0010074/15, 0010172/15, 0010424/16, 0010070/15, 0010186/16, 0010363/15, 0010846/16, 0010456/16, 0010242/16, 0010204/15, 0010675/16, 0010269/16, 0010085/15, 0010206/15, 0010445/15, 0010713/15, 0011250/16, 0010040/17, 0010987/16, 0010363/16, 0010142/17, 0011232/16, 0010763/16, 0010007/15, 0010979/16, 0010183/17, 0010183/17, 0010187/17, 0010188/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0011303/16, 0010269/16, 0010040/17, 0010987/16, 0010142/17, 0011232/16, 0010763/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010267/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 8b11d93 (mais de 10 dias), impulso oficial – Id f4bd97f (sem movimentação há mais de 30 dias);

- 0011303/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9d2be3b (mais de 20 dias);

- 0010172/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2e3d429 (mais de 30 dias);

- 0010363/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho - Id 066ec73 e Id 447d1b1 (mais de 10 dias);

- 0010979/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id aflda4a (mais de 10 dias).

Foram examinados os autos dos processos físicos: 00823/14, 0180110, 000815/14, 01303/14, 00006/16 e 02150/11.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil coletiva, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	17	33	52
Procedimento Ordinário	22	29	79
Instrução	125	111	91

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

Disponibilidade de Pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumaríssimo	13	12	16
Procedimento Ordinário	22	11	51
Instrução	153	110	92

Apuração conforme dados do sistema informatizado

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 9-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	104	52,57
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	68	79,72
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	115	54,67
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	1	638
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	73	148,57
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	90	50,1
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	1	646
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	58	141,58



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 9-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	25	50,16
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 371)	3	161
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 90371)	21	68,81

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 9-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	41	1.802,78
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	12	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	3	1.886,33
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	731	3,308
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	100	0,452
Decisões na fase de execução	73	0,33
Total	904	4,09

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em fevereiro de 2017, com 18 dias úteis, realizaram-se:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	64	3,5
Procedimento ordinário	48	2,6
Instrução	35	1,9
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	17	0,9
Total	164	9,1

No mês de fevereiro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 16 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 12 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 45 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 600 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.152	1.241
Média por dia útil	5,1	5,6
Processos remanescentes do ano anterior	197	233
Sentenças anuladas	7	4
Total de processos para solução	1.356	1.478
Processos solucionados	1.135	1.211
Processos conciliados	473	480
Produção	83,70%	81,93%

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,5938
Jan/16 a Dez/16	0,5043

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,4360	0,5502	0,5943	0,3032

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MEDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.973 dias	1.798 dias	1.545 dias	0,5565
	PENDENTE	2.830	2.321	3.611	0,2034



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	1.106,06 dias	1.308,48 dias	776,32 dias	0,5502
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	41,67%	39,67%	37,65%	0,5546
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	98,52%	97,58%	97,34%	0,6466
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	34,65%	26,36%	38,22%	0,3347
	TC LIQUIDAÇÃO	42,32%	34,28%	40,65%	0,4210
	TC EXECUÇÃO	74,52%	55,50%	76,53%	0,2714
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	18,27%	26,39%	21,75%	0,3780

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.321.990,51	R\$1.321.990,51

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº 1/2002, que trata da prestação de informações por telefone; as nºs 1/2008, 1/2010, 1/2013, 1/2014 e 2/2014, que regulamentam a prática de atos ordinatórios; a nº 4/2008, sobre a liberação de alvarás e consulta de autos de processos; a nº 1/2009 que dispõe sobre a publicação de intimações no DEJT; as nºs 1/2011 e 2/2011, que fixam o cadastro BNDT; a nº 3/2011, que fixa o plantão de conciliação e as nºs 1/2015 e 2/2015 que tratam da greve dos servidores ano 2015.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 4 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial e despacho deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf
- 4) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11.1 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) observado pela Secretaria o prazo de 48 horas previsto no artigo 190, do CPC;
- 2) envidados esforços para aumentar a produção no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados no item 11.1 desta Ata;

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 95,58%, não tendo cumprido a Meta.

1ª Vara do Trabalho de Formiga - de 1º-1-2017 até 9-3-2017			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	189	149	78,83%

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-2017 até 9-3-2017, há 3 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais

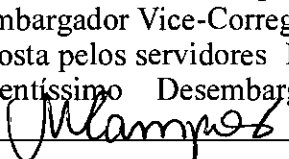


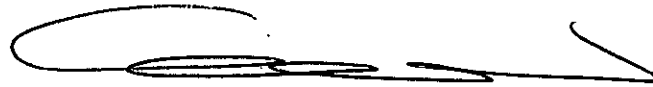
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª
REGIÃO
CORREGEDORIA

prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

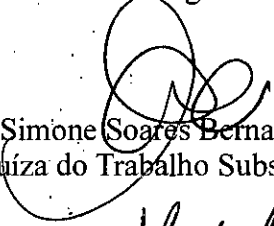
Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 13h30min do dia treze de março de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos

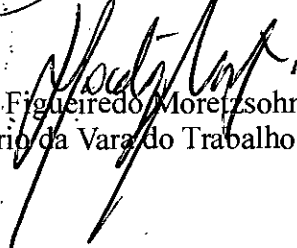




César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região



Simone Soares Bernardes
Juíza do Trabalho Substituta



Rodrigo Figueiredo Moretzsohn
Secretário da Vara do Trabalho

